



INCLUSÃO E EXCLUSÃO NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion
in Medieval Urban Europe*

Amélia Aguiar Andrade
Catarina Tente
Gonçalo Melo da Silva
Sara Prata (eds.)



INCLUSÃO E EXCLUSÃO
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion
in Medieval Urban Europe*

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 19

INCLUSÃO E EXCLUSÃO
NA EUROPA URBANA
MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion
in Medieval Urban Europe*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE
CATARINA TENTE
GONÇALO MELO DA SILVA
SARA PRATA
editores

Textos selecionados das III Jornadas Internacionais de Idade Média “Inclusão e exclusão na Europa Urbana Medieval” (Castelo de Vide, de 11 a 13 de Outubro de 2018).

Arbitragem Científica:

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta)
Alberto García Porras (Universidade de Granada)
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)
Armando Luís de Carvalho Homem (Universidade do Porto/Universidade Autónoma de Lisboa)
Alfonso Vigil-Escalera (Universidade de Salamanca)
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)
Eduardo Aznar Vallejo (Universidad de La Laguna)
Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)
José Avelino Gutiérrez González (Univesidade de Oviedo)
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)
Maribel Fierro (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo. CSIC Madrid)
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)
Santiago Macias (Universidade Nova de Lisboa)
Hermínia Vilar (Universidade de Évora)
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)
Wim Blockmans (Universidade de Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2019.

Título	Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata
Edição	IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem de capa	Vista de Castelo de Vide, Fabián Cuesta-Gómez.
Coleção	Estudos 19
ISBN	978-989-54529-0-3 (IEM) 978-972-9040-16-0 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	461221/19
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

Índice

Nota de Abertura	11
<i>António Pita</i>	

Apresentação.....	13
<i>Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata</i>	

PARTE I

A Intervenção dos Poderes

Exclusive Liberties, the Hallmark of the Ancien Régime.....	21
<i>Wim Blockmans</i>	

<i>Prol comunal e bom regimento: política, governo e comunicação entre o rei e a cidade em Portugal no final da Idade Média</i>	41
<i>Hermínia Vasconcelos Vilar</i>	

Faut-il réviser les notions d'inclusion et exclusion sociales dans la ville européenne médiévale? Le cas perturbant des communautés juives à travers les évolutions historiographiques françaises et allemandes	65
<i>Jean-Luc Fray</i>	

Judeus e muçulmanos no espaço urbano: inclusões, exclusões e interações	87
<i>Maria Filomena Barros</i>	

O estatuto jurídico dos judeus nas Ordenações Afonsinas	111
<i>Ricardo Rodrigues</i>	

PARTE II

Instituições e Processos

Living on the margins of society: coping with poverty in al-Andalus	139
<i>Ana María Carballeira Debas</i>	

Mecanismos de integración económica de una minoría religiosa ¿marginada?: el caso de la comunidad mudéjar de Madrid en la Baja Edad Media.....	159
<i>Pablo Ortego Rico</i>	

Contribuir para no ser excluído. Sistemas de tasación fiscal y estructura social en Sevilla y su tierra (S. XV)	197
<i>José Manuel Triano Milán</i>	

Inclusão ou Exclusão? Paisagem urbana e implantação hospitalar na Coimbra medieval	221
---	-----

Ana Rita Rocha

El Hospital de San Lázaro de Sevilla: un modelo institucionalizado de exclusión social	245
---	-----

Pablo Alberto Mestre Navas

PARTE III

Marcas de Exclusão no Urbanismo Medieval

Le quartier juif de Tolède: texte et archéologie de surface	271
--	-----

Jean Passini

Morfologias urbanas na Lisboa Medieval: o caso das Judiarias (1147-1325)	289
---	-----

Manuel Fialho Silva

Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga	307
--	-----

Maria do Carmo Ribeiro

A Judiaria da Guarda – Textos e Contextos	333
--	-----

Tiago Ramos, Alcina Cameijo, Daniel Martins

PARTE IV

Inclusão e Exclusão no Registo Material. Perspectivas desde a Arqueologia

Cronología del entorno arqueológico del Arco de las Pesas (Granada). ¿Integración del Arrabal del Albayzín en la vida urbana granadina o segregación de las propiedades reales?	381
--	-----

Moisés Alonso Valladares, Alberto García Porras

Investigaciones arqueológicas en el yacimiento de La Mota de los Judíos, en Castrillo (Burgos)	397
---	-----

Inés María Centeno Cea, María J. Negrodo García,

Ángel L. Palomino Lázaro, Manuel Moratinos García

Fora das muralhas de Viseu: o caso do sítio arqueológico do Loteamento do Quintal	421
--	-----

Catarina Meira

PARTE V

Acolher ou Excluir: os Estrangeiros na Cidade

- Experts recherchés et réfugiés répudiés? Société urbaine, accueil
et expulsion de forains en France et en Allemagne à la fin
du Moyen Âge 443
Gisele Naegle
- Fiscalidad, intereses mercantiles locales y presencia extranjera:
un pleito de 1433 entre barceloneses y genoveses 475
Elena Maccioni
- Inclusión y exclusión de los navegantes del Norte de Castilla en las
sociedades portuarias irlandesas a finales de la Edad Media.
Estudio de caso de San Vicente de la Barquera y Laredo (España)..... 497
Javier Añíbarro Rodríguez
- Los extranjeros en los gobiernos de las ciudades de la Andalucía atlántica
a finales de la Edad Media..... 513
Enrique José Ruiz Pilares
- Al Servicio de la Corona. Los casos de Manuel Pessanha y
Egidio Bocanegra: una perspectiva comparada..... 537
Lorenzo Lage Estrugo

Nota de Abertura

No dia 31 de Março de 1492, poucos meses após a tomada do reino Nazarí de Granada, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela promulgam o Decreto de Alhambra, ordenando a expulsão da população judaica destes reinos, alegando que a convivência entre cristãos e judeus, e, principalmente, o efeito desta convivência sobre os cristãos-novos, constituíam uma ameaça à fé Católica.

No prazo de somente quatro meses, os judeus castelhanos e aragoneses foram forçados a decidir entre abandonar a sua fé e costumes ou conservá-los, mas deixando a sua terra. Podendo ficar mediante a conversão ao cristianismo, muitos escolheram partir.

Por questões de proximidade, Portugal surgiu como um local de refúgio natural para um grande número de judeus expulsos. A sua admissão foi autorizada por D. João II, que também viria a facultar navios para aqueles que desejassem seguir rumo para outros lugares, principalmente no Norte de África. As famílias a quem foi permitido permanecer em Portugal acabariam dispersas pelas cidades maiores do Reino, mas também pelas localidades próximas da fronteira com Castela.

Um dos pontos de entrada utilizados pelos judeus situava-se no sítio da Portagem, em Marvão. Terá sido deste ponto que algumas famílias se deslocaram até Castelo de Vide onde, à semelhança de outras localidades, existia uma comunidade judaica desde os princípios da Idade Média.

Localizada na encosta nascente do castelo, a Judiaria de Castelo de Vide ter-se-á expandido consideravelmente nesta época para albergar os novos residentes, cujos ofícios e saberes terão fomentado o desenvolvimento artesanal, comercial e cultural da povoação.

Mas o clima de tolerância religiosa seria breve e em Dezembro de 1496, na sequência do seu casamento com Isabel de Aragão e Castela, D. Manuel I assina o decreto de expulsão que acabará por resultar na conversão forçada dos judeus de Portugal e, finalmente, na redução ao criptojudaísmo.

Os membros da comunidade judaica que permaneceram em Castelo de Vide

como cristãos-novos integraram-se na comunidade local, continuando com os seus ofícios e profissões, e alguns terão seguramente continuado a praticar a sua religião e a observar as suas práticas em segredo.

Os testemunhos da herança judaica permanecem vivos nos dias de hoje, fazendo-se sentir na arquitectura das ruas da judiaria e na sua toponímia; nas marcas de *mezuzah* nas ombreiras das portas ogivais; em pratos típicos da gastronomia; nas tradições próprias da nossa Semana Santa... sinais de que Castelo de Vide terá sido ao longo dos séculos um lugar de inclusão e tolerância.

Actualmente, Castelo de Vide procura assumir-se cada vez mais como palco de novas dinâmicas culturais e um espaço propício à reflexão e ao debate histórico, uma ponte entre o passado e o presente, e por isso foi com enorme prazer que a Câmara Municipal apoiou esta publicação.

Um livro subordinado à análise das dinâmicas de inclusão e exclusão nos espaços urbanos medievais é especialmente pertinente neste ano em que comemoramos o 30º aniversário do discurso histórico do Presidente Mário Soares na Judiaria de Castelo de Vide, onde afirmou “em nome de Portugal quero pedir perdão aos judeus das perseguições que foram vítimas na nossa terra.”

Esta publicação é também um símbolo da colaboração crescente entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Honrando-se de acolher desde 2016 um conjunto crescente de iniciativas de divulgação e formação científica, o Município congratula ambas as instituições pelo sucesso e qualidade dos trabalhos conjuntos.

A dimensão do acolhimento que Castelo de Vide proporciona aos participantes das *Jornadas Internacionais de Idade Média* reflecte-se na afluência de novos investigadores em cada edição, motivados pela vigência no debate historiográfico dos temas propostos, e, principalmente, naqueles investigadores que regressam a Castelo de Vide a cada Outono para voltar a desfrutar do ambiente acolhedor que esta vila confere às actividades académicas.

Ciente da mais-valia que a investigação histórica supõe para a valorização do nosso património local, um reconhecimento profundo a todos aqueles cujo empenho garantiu o sucesso destas iniciativas e do livro que agora se publica.

António Pita

Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide

Apresentação

Em Outubro de 2018 tiveram lugar em Castelo de Vide duas atividades em torno da Idade Média, a *2ª Escola de Outono para Mestrandos e Doutorandos* e as *3ªs Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo Vide*, ambas subordinadas ao tema *Inclusão e exclusão na Europa Urbana Medieval*, que assim davam continuidade a uma iniciativa que teve o seu lançamento em 2016 com as *1ªs Jornadas*, às quais, no ano seguinte, se associou a *Escola de Outono*. O acolhimento da autarquia de Castelo de Vide e do Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH proporcionava assim a feliz junção de uma acção de formação para jovens investigadores com um fórum internacional de debate e troca de conhecimento em torno da cidade medieval, capaz de congregar investigadores portugueses e estrangeiros, num cenário perfeito para a sua realização: a vila medieval de Castelo de Vide.

Hoje, esta «semana medieval», diferente das mais usuais, apresenta-se já consolidada pois no momento em que esta publicação é lançada a público, já decorreu a *3ª Escola de Outono* e estão a ter lugar as *4ªs Jornadas Internacionais de Idade Média*. Ao longo das edições anteriores foi possível trazer a Castelo de Vide uma plêiade de investigadores que incluiu académicos de renome internacional, investigadores experientes e outros, mais jovens, cujas investigações estão a abrir ou, a consolidar, perspetivas inovadoras no estudo da cidade medieval. Iniciativas que têm como timbre o fomento da interdisciplinaridade, juntando a História com a Arqueologia, com a Filologia, com a Heráldica, com a História do Direito ou, com a Arquitetura, entre outras. E que procura promover, entre os participantes, o conhecimento do património medieval de Castelo de Vide e da sua envolvente através da promoção de visitas de estudo, que integram o programa, quer da *Escola de Outono* quer das *Jornadas*.

Uma parte considerável das enriquecedoras vivências destas atividades faz apenas parte das memórias de quem as viveu: os debates, as trocas de ideias nos intervalos das sessões ou à mesa das refeições ou, as conversas que, pela noite fora, as ainda cálidas noites de Outubro de Castelo de Vide proporcionaram. Felizmente,

não tem acontecido o mesmo com as intervenções dos oradores convidados e dos comunicantes, pois uma seleção dos textos apresentados, depois de uma dupla avaliação por pares, tem sido regularmente publicada, tendo já dado origem a dois grossos volumes, disponibilizados não só aos especialistas mas também ao público em geral.

Este ano, os editores têm o grato prazer de apresentar, com o apoio financeiro do Instituto de Estudos Medievais e da Câmara Municipal de Castelo de Vide, o 3º volume de recolha desses textos cujo título retoma o das *3ªs Jornadas: Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Vinte e oito investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha e Holanda são responsáveis pela elaboração de vinte e dois artigos com os quais, responderam ao desafio que os organizadores lançaram à comunidade científica de desenvolvimento de reflexões sobre um tema particularmente pertinente na cidade medieval, uma vez que esta se definia quase sempre como um espaço fechado por uma muralha que criava a oposição entre interior e exterior, materializando desde logo sistemas de inclusão e exclusão. Recorrendo a uma pluralidade de idiomas que nos apraz registar - português, espanhol, francês e inglês - os seus estudos têm como espaço de observação uma diversidade de unidades políticas medievais que hoje integram as historiografias de Portugal, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Alemanha, com especial relevo para os diferentes reinos medievais ibéricos, sendo que neste último caso o enfoque não se limita à Cristandade, pois também podemos dispor de reflexões que têm como espaço de observação o Islão peninsular e/ou as suas permanências.

Este volume apresenta cinco secções: *Intervenção dos poderes, Instituições e processos, Marcas de exclusão no urbanismo medieval, Inclusão e exclusão no registo material: perspectivas desde a Arqueologia e Acolher ou excluir: estrangeiros na cidade*, que procuram organizar os textos aqui reunidos de forma coerente. Contudo, a complexidade de algumas temáticas, cujo desenvolvimento implicou o recurso não só a fontes de informação diversificadas como a enfoques simultaneamente distintos mas complementares, dificultaram muito essa tarefa, que por isso aqui surge como uma proposta que, para outros, por certo podia adquirir uma outra estrutura.

Na secção intitulada a *Intervenção dos Poderes* agrupam-se os artigos que se assumem como abordagens mais globais e que pretendem refletir sobre questões abrangentes tais como o desenvolvimento de processos para a definição de sistemas de inclusão/exclusão política nas sociedades urbanas, a necessidade de rever pressupostos mais tradicionais em relação à coexistência das minorias judaicas com a maioria cristã, numa perspetiva comparativa e tendo como unidade de observação a pequena cidade, afinal o tipo mais dominante no sistema urbano da Cristandade europeia, ou sobre a pertinência, no caso ibérico, de se refletir de uma forma integrada, simultaneamente sobre as duas minorias religiosas, a islâmica e a judaica,

que estavam presentes num significativo número de núcleos urbanos medievais. Uma reflexão que passou ainda pela elucidação da forma como os monarcas se relacionavam com as sociedades políticas urbanas e como procuravam estabelecer quadros normativos sobre as minorias religiosas, sempre na busca do equilíbrio social que permitisse a paz urbana que competia aos monarcas assegurarem.

O apartado *Instituições e processos*, integra um conjunto de estudos que tendo uma clara diversidade de protagonistas – o pobre, o doente, o leproso, a minoria muçulmana vencida – abordam sobretudo a problemática da integração, refletindo não apenas sobre alguns dos processos utilizados para promover essa inclusão mas também sobre a atuação das instituições que a sociedade medieval criou para garantir esses mesmos processos, como era o caso, por exemplo, dos hospitais e/ou das leprosarias.

A secção denominada *Marcas de exclusão no urbanismo medieval* surge muito coesa, com quatro artigos que versam sobre a organização do espaço das judiarias medievais através de um exemplo castelhano – a judiaria de Toledo – e três exemplos portugueses: Braga, Lisboa e Guarda. Cobrem-se assim, recorrendo a perspetivas que cruzam a investigação documental, com a pesquisa arqueológica e com a leitura dos espaços própria da História da Arquitetura e do Urbanismo, espaços de observação que contemplam distintas escalas urbanas ou seja, cidades de pequena, média e grande dimensão, esclarecendo de que forma se manifestava essa poderosa marca de exclusão que era o espaço de uma judiaria. Estes estudos ganham particular importância quando recordamos o relevo que o património judaico assume em Castelo de Vide, podendo portanto constituírem-se como importantes referências para o aprofundamento da interpretação da marca judaica no urbanismo de Castelo de Vide.

O 4º apartado intitulado *Inclusão e exclusão no registo material: perspectivas desde a Arqueologia*, integra um conjunto de estudos que, a partir dos dados materiais procuram apresentar a perspetiva da Arqueologia para um tema que se apresentava desafiante: a recuperação da materialidade dos sistemas de exclusão em contextos urbanos.

A última secção, *Acolher ou excluir: estrangeiros na cidade*, é sem dúvida a que reúne os estudos que, tendencialmente, procuraram abordar, de forma, mais completa o tema das Jornadas uma vez que procuraram tratar, em simultâneo, as problemáticas de inclusão e de exclusão, através de um dos protagonistas com mais potencialidade para esse tipo de análise: o estrangeiro. Recorrendo a um conjunto diversificado de enfoques, os autores refletiram sobre a forma como as sociedades urbanas encaravam os estrangeiros, quer se tratasse de personagens excecionais quer de grupos profissionais, detectando processo de inclusão/exclusão, analisando conflitividades geradas bem como a forma como participavam na vida política das

idades onde se instalavam.

Um número considerável destes textos disponibilizam ainda aos leitores, materiais originais variados tais como extensas tabelas, gráficos, fotografias, reproduções de iconografia medieval e de documentos, plantas e/ou mapas, reveladores da diversidade de fontes de informação utilizados pelos seus autores. Especialmente interessantes, pelo carácter modelar das soluções cartográficas aplicadas, são os materiais inseridos nos estudos sobre judiarias de Jean Passini, Maria do Carmo Ribeiro e de Manuel Fialho Silva, sendo que estes dois últimos autores divulgam reconstituições inovadoras e detalhadas das judiarias de Braga e Lisboa, um contributo fundamental para o esclarecimento de uma problemática sobre a qual a medievística portuguesa ainda apresenta lacunas significativas e que podem ser replicados em outros estudos de caso para o Portugal medieval.

O volume agora lançado a público reúne então um conjunto de textos com abordagens distintas mas que não deixam de se complementarem no objetivo de esclarecer as problemáticas de inclusão e de exclusão que podem ser encontradas quando se analisa a cidade medieval, se bem que tenham sido mais glosados os temas associados à exclusão, uma vez que esta deixou traços mais evidentes não apenas na memória escrita como na expressão urbanística e material.

A complexidade do tema escolhido para as 3^{as} *Jornadas* e conseqüentemente para este volume -de grande atualidade nas sociedades contemporâneas- não ficou de modo algum esgotado nas páginas deste volume, uma vez que muitas outras temáticas podiam ser ter sido desenvolvidas como a exclusão política ou a exclusão resultante da doença, do sexo ou, a gerada pelo desempenho de certas atividades profissionais que a sociedade medieval desvalorizava, entre outras. O mesmo aconteceu com o estudo das estratégias concelhias de integração, que tanto preocupavam as sociedades urbanas quando confrontadas com fluxos migratórios, sobretudo de indivíduos desenraizados e solitários, que estas sociedades simultaneamente desejavam para mão de obra das suas atividades artesanais mas não deixavam de temer, pois lhes surgiam desenquadrados e sem suporte familiar. Mas o que tem de bom a investigação em História Medieval é que temos a certeza que, não tendo estado presentes nas 3^{as} *Jornadas*, tais temáticas estão, de certeza a merecer a atenção dos medievistas.

* * *

Uma vez mais, os editores querem deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média, Escola de Outono* e publicação deste volume – um êxito, garantindo a sua afirmação como uma referência para todos quantos se interessam pelo mundo medieval e pela cidade medieval, em particular.

Na pessoa do seu Presidente, Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide a forma como, desde 2016, tem acolhido estas iniciativas, pois de uma forma exemplar tem demonstrado que uma comunidade local e uma universidade podem trabalhar em conjunto tendo como objetivos, não apenas a promoção e divulgação de conhecimento científico mas também o de dar a conhecer um território cujo passado e o património medieval são especialmente ricos e fundamentais para compreender o Portugal atual.

Através da Dr.^a Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que durante estas distintas atividades nos acompanham, garantindo que nenhum pormenor é esquecido e que todas as dificuldades inesperadas se resolvem, sem que ninguém se aperceba. O seu profissionalismo e a sua dedicação constituem fatores fundamentais na construção das boas memórias que os participantes levam de Castelo de Vide.

Ao IEM, na pessoa da sua Diretora, Prof^a Maria João Branco agradecemos o apoio financeiro a estas iniciativas e à publicação desta obra, bem como a sua presença permanente durante a *Escola de Outono* e as *Jornadas Internacionais*, sempre pronta a promover o debate e a discussão científica e a criar pontes entre todos os participantes.

Os nossos agradecimentos ao Marcel Paiva do Monte que aceitou, num tempo escasso, a tarefa de paginar com cuidado e muito saber, as centenas de páginas que constituem este volume.

Nunca são demais os agradecimentos a todos os participantes na *Escola de Outono* e nas *Jornadas Internacionais de Idade Média* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos dos textos que integram esta obra, pois são eles os protagonistas, não apenas desta publicação mas também deste fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que temos vindo a construir e que pretendemos que se caracterize pela qualidade e pela diversidade de perspetivas.

Aos habitantes de Castelo de Vide, cujo acolhimento pleno de simpatia tem sido uma das principais razões da vontade de regressar que muitos participantes nos têm manifestado. Bem Hajam!

Lisboa, Agosto de 2019

Amélia Aguiar Andrade

Catarina Tente

Gonçalo Melo da Silva

Sara Prata

Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, *a partir do caso de Braga*¹

*Maria do Carmo Ribeiro*²

Resumo

O objetivo deste trabalho é, a partir do caso de estudo da cidade de Braga, analisar as várias expressões físicas que permitem documentar a inclusão e/ou exclusão da comunidade hebraica no urbanismo medieval, desde finais do século XIV até à sua expulsão definitiva, decretada em 1496.

Pretende-se, deste modo, examinar e cartografar a tipologia da propriedade afeta aos judeus, nomeadamente a emprazada, tendo em conta a sua localização no espaço urbano, de modo a contribuir para uma perspetiva topográfica evolutiva das vicissitudes da sua presença, onde se destaca, nomeadamente, o encerramento da antiga judiaria e a sua transferida para outro local da área urbana, no século XV. Para além dos dados referidos nas fontes escritas, esta abordagem valoriza igualmente a cartografia e iconografia histórica, assim como as evidências materiais que integram ainda o edificado histórico da cidade, nomeadamente o edifício pertencente à antiga sinagoga medieval de Braga. Assim, a partir da análise da *Judiaria velha* e a *Judiaria nova* mas também de alguns edifícios dispersos e diferenciados pelo tecido urbano onde os judeus viveram, discute-se a questão da inclusão e/ou exclusão da comunidade hebraica no urbanismo medieval, bem como o impacto da sua presença na morfologia e na topografia da cidade medieval.

Palavras-chave

Judeus; urbanismo medieval; inclusão; exclusão; Braga.

¹ Este trabalho tem o apoio do Projeto Lab2PT- Laboratório de Paisagens, Património e Território - AUR/04509 e da FCT através de fundos nacionais e quando aplicável do cofinanciamento do FEDER, no âmbito dos novos acordos de parceria PT2020 e COMPETE 2020 – POCI-01-0145-FEDER-007528.

² Departamento de História/ Lab2PT/Universidade do Minho.

Physical expressions of the inclusion and exclusion of Jews in medieval urbanism. The case study of Braga city.

Abstract

The objective of this paper, from the case study of the city of Braga, is to analyse the various physical expressions that allow documenting the inclusion and / or exclusion of the Hebrew community in medieval urbanism from the end of the 14th century until its final expulsion, decreed in 1496.

In this way, it is intended to examine and map the typology of the property that affects Jews, in particular the owned property, taking into account their location in urban space, in order to contribute to a topographical evolutionary perspective of the vicissitudes of their presence, namely the closure of the old Jewish quarter and its transfer to another location in the urban area in the 15th century.

In addition to the data mentioned in the written sources, this approach also emphasizes historical cartography and iconography, as well as the material evidences that integrate the historical building of the city, namely the building belonging to the old medieval synagogue of Braga.

Thus, the inclusion and / or exclusion of the Hebrew community in medieval urbanism is discussed from the analysis of the two Jewry's, the old Jewry and the new Jewry, but also from some buildings scattered and differentiated by the urban fabric, where the Jews lived. Likewise, is discussed the impact of the Jews presence on the morphology and topography of the medieval city.

Keywords

Jews; medieval urbanism; inclusion; exclusion; Braga.

Introdução.

A presença dos judeus, em maior ou menor número, na generalidade das cidades medievais europeias é um facto suficientemente comprovado. No entanto, as expressões físicas que permitem documentar a presença hebraica nos aglomerados urbanos são, por vezes, bastante mais difíceis de apurar, podendo compreender, para além dos habituais bairros étnicos, edifícios dispersos e diferenciados pelo tecido urbano, onde viviam ou possuíam tendas e oficinas, por vezes paredes-meias com

a restante população, nomeadamente com os cristãos³. Porém, em virtude do seu credo e modo de vida, mas sobretudo do progressivo aumento demográfico das comunidades judaicas nas cidades medievais portuguesas, bem como das tensões sociais daí decorrentes, encontramos-os com frequência a viver preferencialmente em comunidade e instalados em bairros próprios, as tradicionais judiarias⁴. Mas, também os bairros judaicos nem sempre se configuraram como áreas urbanas fechadas, encerradas com portões, vedadas e exclusivas da minoria judaica, consistindo igualmente em lugares abertos que permitiam uma convivência livre e intensa com a restante população, verificando-se, em alguns casos, que se tratava de uma simples rua⁵, como ocorreu com a primeira judiaria de Braga, ou *Judiaria velha*.

Igualmente, o local ocupado pelas judiarias nas cidades medievais foi muito variável⁶. Em alguns casos, encontravam-se instaladas preferencialmente nos arrabaldes das primitivas cercas defensivas dos séculos XII-XIV, acabando por ser incorporadas nos sistemas defensivos construídos no século XIV, como aconteceu, por exemplo em Lisboa⁷ ou Évora⁸. Noutros tinham uma implantação mais periférica, adossando-se aos panos da muralha, como ocorreu nas judiarias de Ponte de Lima⁹, Porto¹⁰ ou Guarda¹¹. Noutros, ainda, os judeus chegaram a ocupar espaços extremamente centrais, seja sob a forma dispersa pelo plano urbano, seja concentrados em bairros ou ruas, como ocorreu também em Braga, onde, à semelhança do que sucede na maioria das cidades, se regista um aumento demográfico dos judeus nos finais do século XIV, verificando-se alterações no modo como se organizavam e

³ TAVARES, Maria José Ferro – “Pobres, minorias e marginais: localização no espaço urbano”. In *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp. 141-153.

⁴ TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. 5ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1979, pp. 43-158. TAVARES, Maria José Ferro – “O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol. 1: Formação e limites da cristandade (Coord.) Ana Maria JORGE e Ana Maria RODRIGUES. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 53-54.

⁵ TRINDADE, Luísa – *Urbanismo e composição de Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2009. Tese de doutoramento, pp. 619-664; TRINDADE, Luísa – “The Jewish communities in Portuguese late medieval cities: space and identity”. In CARVALHO, Joaquim (ed.) – *Religion, Ritual and Mythology Aspects of Identity Formation in Europe*. Pisa: Pisa University Press, 2006, pp. 61-81.

⁶ MARQUES, A H. Oliveira; GONÇALVES, Iria ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990.

⁷ VENTURA, Margarida Garcez – “Contributo para uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias”. *Revista Portuguesa de História* 36-1 (2002/2003), pp. 229-240; ANDRADE, Amélia Aguiar – “O desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”. In *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor José Marques*. Vol. 1. Porto: Faculdade de Letras, 2006, pp. 143-163.

⁸ BALLESTEROS, Carmen – “A judiaria e a sinagoga medieval de Évora”. In *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 191-218.

⁹ ANDRADE, Amélia Aguiar – *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*. Lisboa: Livros Horizonte, 1990, pp. 15-19.

¹⁰ DIAS, Geraldo Coelho – “Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade”. In *Os reinos ibéricos na Idade Média*. Vol. 1. Porto: Livraria Civilização, 2003, pp. 424-440.

¹¹ GOMES, Rita Costa – “Um microcosmos cidadão: a judiaria medieval da Guarda”. In *Guarda, história e cultura judaica*. Guarda: Museu, 2000, pp. 111-116.

habitavam no núcleo urbano¹², que culminará, inclusivamente, com a definição e encerramento da primeira judiaria e a sua transferência para outro local, na segunda metade do século XV.

O objetivo deste trabalho é precisamente analisar estas e outras questões relacionadas com as diferentes manifestações arquitetónicas e morfológicas que permitem documentar o processo de inclusão e/ou exclusão da comunidade hebraica no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga. Refira-se que esta comunidade judaica foi já abordada por vários autores¹³, estudos que aliás se constituem fundamentais para a elaboração de uma topografia da comunidade judaica, que nos propomos concretizar. Para tal, faremos uso da informação já publicada, que, na grande maioria, tem por base os dados referidos nas fontes escritas, nomeadamente no *Tombo do cabido de Braga* (c. 1369-1380)¹⁴ e nos *livros de prazos* (1445 a 1517)¹⁵, que continuam a ser fundamentais para a nossa abordagem. Utilizaremos igualmente a cartografia e iconografia histórica assim como as evidências materiais remanescentes, nomeadamente o edifício onde funcionou a sinagoga da segunda judiaria, ou *Judiaria nova*. Merecem particular destaque o *Mapa de Braunio*, de 1594¹⁶ e o *Mappa das Ruas de Braga*¹⁷, que, apesar de posteriores à Idade Média, contribuem, a partir de análises regressivas, para a elaboração de uma perspetiva topográfica evolutiva das vicissitudes da presença dos judeus no urbanismo medieval. Usaremos, igualmente, como suporte cartográfico, o primeiro mapa com rigor topográfico, realizado entre 1883/1884¹⁸.

¹² Em alguns casos, o aumento do número de judeus nas cidades originou uma grande expansão das judiarias já existentes, como aconteceu na Guarda ou em Évora, noutros originou pequenos aumentos, como em Lagos ou Castelo Branco, noutros ainda originou a transferência de local como ocorreu em Coimbra (TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, pp. 43-158).

¹³ DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho – “Uma relíquia epigráfica dos judeus de Braga”. *Minia* 2ª série, 5,6, (1982), pp. 38-56; MORENO, Humberto Baquero – “As Pregações de Mestre Paulo contra os judeus bracarense nos fins do século XV”. In MORENO, Humberto Baquero (Ed.) – *Exilados, marginais, e contestatários na sociedade portuguesa medieval: Estudos de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1990; LOSA, António – “Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no séc. XV”. in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. V: *Subsídios para a História da Cultura, Subsídios para a História de Portugal*. Guimarães: s.n., 1982, pp. 97-125; MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV”. In *Braga medieval*. Braga: s.n., 1983, pp. 95-117; MARQUES, José – “As judiarias de Braga e de Guimarães no século XV”. In *Xudeus e Conversos na História*. Vol. 2. Santiago de Compostela: La Editorial de la Historia, 1994, pp. 351-363.

¹⁴ Arquivo Distrital de Braga (doravante A. D. B.), *Tombo do cabido*, criticamente datado de 1369-1380, folhas 117 a 134.

¹⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, livros 1 a 8, entre 1445 e 1517. A transcrição paleográfica destes livros foi-nos facultada pela Doutora Maria da Conceição Falcão Ferreira, a quem muito agradecemos.

¹⁶ Gravura intitulada de nova *Bracarae Avgvste descriptio*, vulgarmente conhecida por Mapa de Braunio, que integra a obra *Civitates Orbis Terrarum*, de G. Braun e F. Hogenberg (Colónia, 1572/1618 (BANDEIRA, Miguel Sopas – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000).

¹⁷ AAVV – *Mapa das Ruas de Braga*. Vol. I. Braga: Arquivo Distrital de Braga/Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa, 1989-91.

¹⁸ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Vol. II. Braga: Universidade do Minho, 2008, p. 60-62. (Dissertação de Doutoramento).

Pretende-se, deste modo, analisar e cartografar a tipologia da propriedade afeta aos judeus na cidade de Braga, nomeadamente a sua localização no espaço urbano, ao nível do sistema viário, da parcela e do edificado. Procura-se, deste modo, contribuir para uma perspetiva topográfica da comunidade judaica de Braga, desde finais do século XIV até à expulsão definitiva dos judeus, decretada em 1496, promovendo a discussão em torno do processo de inclusão e exclusão da comunidade judaica, assim como avaliando o impacto da sua presença na morfologia e no urbanismo medieval.

1. A presença dos judeus no urbanismo de Braga.

Os locais afetos a judeus na cidade de Braga só podem ser identificados a partir de 1369-1380, momento em que começam a ser referidos pontualmente no *Tombo do cabido*, possibilitando relacioná-los com a topografia da cidade. Referimo-nos concretamente à menção a judeus a residir em diferentes ruas. Um, de nome Adão (*Aarom*) morava numas casas situadas no alçado poente da rua da *Sapataria*, em situação de subemprazamento, pois quem as trazia emprazadas ao cabido era um cristão¹⁹. Os outros dois²⁰, *Nembroso judeu* e *Samuel judeu*, tecelão, moravam em habitações contíguas, localizadas no alçado nascente da mesma artéria. Encontramos ainda um quarto judeu, identificado apenas como tal²¹, a morar numas casas, também em situação de subemprazamento, no alçado norte da rua *Travessa*, também conhecida por rua do *Postigo*. José Marques²² crê ainda serem judeus, Gabriel, a morar no alçado norte dessa mesma rua²³ e Lourenço Abril²⁴, sapateiro, a viver numas casas terreiras no alçado norte de uma outra rua, também designada de *Travessa*, nas proximidades do cruzamento com a rua da *Erva* (**Fig. 1**).

Apesar do reduzido número de casos registados, admite-se que, até finais do século XIV, não existia um local exclusivo para a comunidade hebraica em Braga²⁵, como se verificava já em outras cidades²⁶, nomeadamente em Coimbra²⁷, Guimarães²⁸, Lisboa²⁹ ou no Porto³⁰, encontrando-se os judeus distribuídos por várias artérias do espaço urbano, vivendo paredes-meias com a restante população.

¹⁹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 122 v.

²⁰ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 123 v.

²¹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 125 v.

²² MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 96.

²³ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 125 v.

²⁴ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 131.

²⁵ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 98.

²⁶ TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XIV...*, pp. 26-73.

²⁷ GOMES, Saul – *A comunidade judaica de Coimbra medieval*. Coimbra: INATEL, 2003.

²⁸ FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’: estudo de história urbana: 1250-1389*. Braga: Universidade do Minho, 1997, Tese de doutoramento, pp. 451-457.

²⁹ TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV...*, pp. 46-53.

³⁰ DIAS, Geraldo Coelho – “Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade...”, pp. 424-440.

por sua vez, as traziam emprazadas ao cabido. Contudo, esta não era uma situação particular dos judeus de Braga³¹, sendo, igualmente, uma forma comum à da restante população bracarense. Relembre-se que Braga era, desde 1112, senhorio eclesiástico e que a maior parte da propriedade urbana nos finais do século XIV era pertença da instituição religiosa, nomeadamente do Cabido da Sé de Braga³².

Também o carácter disperso da presença dos judeus no urbanismo do século XIV não constitui caso único, como vários estudos têm demonstrado para outro núcleos urbano, onde, em virtude do seu reduzido número, os judeus não se encontravam organizados em *comuna*, com a obrigatoriedade de viver em bairros separados. Esta situação não era inclusivamente desconhecida do poder régio, levado alguns monarcas, designadamente D. Pedro I, em 1361, e mais tarde D. João I, em 1400, a tomar medidas para que os judeus, que em muitos lugares viviam misturados com os cristãos, passassem a residir em bairros próprios, sobretudo quando se tratavam de comunidades com mais de dez membros³³.

Porém, durante a primeira metade do século XV, acompanhando a conjuntura da recuperação demográfica que se regista, mas também o processo emigratório dos judeus, nomeadamente de Espanha, decorrente do movimento antijudaico gerado neste país, assim como o processo migratório do campo para a cidade, o número de judeus terá aumentado na maioria das cidades³⁴, tal como em Braga. Para os anos de 1466 a 1509 José Marques³⁵ contabiliza um total de 52 indivíduos de origem judaica a residir na cidade, dos quais 6 conversos. Entre estes são identificados 3 rabinos, 3 físicos ou médicos, 4 ourives e 2 mercadores, bem como algumas mulheres.

Todavia, a primeira judiaria só pode ser comprovada a partir dos *prazos do cabido*, designadamente a partir de 1466, onde, para além da referência a vários judeus, se alude a um contracto³⁶ firmado entre o cabido e a *comuna* judaica com vista à sua transferência para outro local, confirmando assim a existência de duas judiarias em Braga, a *Judiaria velha* e a *Judiaria nova*, que a substituirá³⁷. Torna-se, deste modo possível, acompanhar o processo de permuta dos judeus da primeira para a segunda judiaria, assim como adiantar algumas das características físicas destes dois bairros,

³¹ Apesar dos judeus poderem viver em propriedades individuais ou comunitárias, o aforamento aos grandes proprietários imobiliários urbanos parece ser a forma mais tradicional, nomeadamente à coroa (como se verificou na Guarda, Lisboa ou em Coimbra); aos cabidos e aos concelhos (GOMES, Saul – *A comunidade judaica de Coimbra...*, pp. 20-30).

³² RIBEIRO, Maria do Carmo – “População e espaço na Braga medieval”. In *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, no prelo.

³³ TAVARES, Maria Ferro (1979) *Os Judeus em Portugal no Século XV...*, pp. 43-158.

³⁴ MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.). Lisboa: Editorial Presença, 1987, pp. 35-39.

³⁵ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 108.

³⁶ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 10-10 v., onde, num prazo firmado em 16 de julho de 1466, se lê “... conrayto feito antre o cabido e a comuna dos Judeus...”.

³⁷ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 108.

inserindo-os no contexto mais global da paisagem urbana medieval de Braga.

2. A *Judiaria velha*.

A primeira judiaria estabeleceu-se numa artéria, designada no século XIV de rua da *Erva*. A partir de 1466, com a transferência da comunidade judaica para a *Judiaria nova*, passa a ser denominada de rua de Santa Maria *que foi Judiaria*³⁸ mas também, por vezes, apenas como *Judiaria velha*³⁹. Actualmente, com o designativo de rua D. Gonçalo Pereira, nada conserva do urbanismo medieval, em virtude do seu alargamento nos finais do século XIX. Deste modo, a representação topográfica mais aproximada encontra-se no *Mapa de Braunio*, de 1594 (**Fig. 1**).

Desconhece-se quando os judeus começaram efetivamente a concentrar-se nesta artéria, assim como qualquer determinação legal nesse sentido, sendo certamente posterior a 1369-1380, como se deduz dos dados anteriormente referidos, tendo resultado de um processo lento e gradual, decorrente do aumento do número de judeus na cidade, mas igualmente das determinações régias de 1400, devendo, pois, ter ocorrido na primeira metade do século XV⁴⁰.

Também, apesar dos motivos para a eleição desta artéria nunca serem expressamente referidos, estes coadunam-se com os que têm sido apontados para a generalidade das judiarias estudadas: centralidade e dinamismo económico por um lado, e isolamento e submissão ideológica por outro⁴¹.

Do ponto de vista da localização geográfica, a rua da *Erva* integrava um sector urbano que ficou consignado como medieval Bairro das Travessas, por conformar uma malha bastante regular de artérias, definida por quatro ruas que correm no sentido norte-sul, nomeadamente as ruas *Verde*, da *Triparia*, de *D. Gualdim Pais* e da *Erva*, e uma no sentido este-oeste, a rua *Travessa*. Trata-se, na realidade do sector da cidade medieval que se sobrepõe ao plano urbano da cidade romana de *Bracara Augusta*, do qual herda a regularidade⁴².

Efetivamente, em finais do século XIV, a rua da *Erva*⁴³ é descrita como “*toda direita*”, desenvolvendo-se no sentido N/S, estabelecendo a ligação entre a “*torre dos sinos*” da Catedral e uma porta da muralha, designada de Santiago, nas proximidades da igreja consagrada a este santo, cujo edifício remataria, inclusivamente, o alçado

³⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 8; liv. 2, fl. 89.

³⁹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 9 v.; liv. 1, fl. 10 v.

⁴⁰ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 97.

⁴¹ Como ocorreu por exemplo em Ponte de Lima (ANDRADE, Amélia Aguiar – Um espaço urbano medieval..., pp. 15-19) ou na Guarda (GOMES, Rita Costa – *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Sá da Costa, 1987, pp. 30-40), ou em Lisboa (TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV...*, pp. 46-53).

⁴² RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, pp. 241, 422, 425.

⁴³ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 128 a 129.

poente. Sensivelmente a meio do seu trajeto era então cruzada pela rua *Travessa* que corria no sentido E/O.

A rua da *Erva*, tratava-se, com efeito, de uma artéria bastante central, que gozava de uma localização privilegiada. Era igualmente na extremidade norte, na área envolvente à Catedral, que se situavam os Paços do Concelho e os açougues, e onde se estabelece, desde o século XIV, uma zona de mercado, para venda de olarias, arcos, santos e panelas⁴⁴. Também no extremo sul, junto à porta de Santiago, se conformava um largo, onde terá existido um mercado para venda de produtos hortícolas frescos⁴⁵, que terá estado na origem do topónimo *Erva*. Por sua vez, a partir da porta de Santiago estabelecia-se uma ligação direta à periferia, onde se localizam, por exemplo, junto ao rio Este, 37 pelames de sapateiros⁴⁶.

Assim se compreende, que, e à semelhança do que ocorreu com outras judiarias⁴⁷, a centralidade e o dinamismo económico da rua da *Erva* tenham contribuído para a sua eleição.

Mas, esta artéria responde igualmente aos preceitos de isolamento característicos dos bairros judaicos, possuindo um conjunto de elementos físicos que concorrem para esse efeito, assim como para assinalar a preponderância da cristandade sobre esta minoria religiosa⁴⁸.

Na realidade, apesar de se desconhceram os seus limites físicos precisos, nomeadamente a existência de portas, para o seu isolamento terão concorrido outros elementos, nomeadamente os dois edifícios religiosos que se encontram nos extremos opostos, já referidos, a norte, a Catedral, e a sul, a Igreja de Santiago, mas também a parede do muro da muralha, assim como as próprias características morfológicas da rua, bem definida e reta (**Fig. 1**).

Em termos da demarcação física dos limites precisos parece-nos, no entanto, que a *Judiaria velha* se confinaria apenas ao tramo norte rua da *Erva*, não ocupando toda a sua extensão. Na realidade, a julgar pelas propriedades que o cabido trazia emprazadas na rua, em 1369-1380⁴⁹, verifica-se que praticamente todos os imóveis do tramo norte eram suas, aproximadamente 11 casas de morada, uma adega sobradada e 4 pardieiros, no alçado nascente, e, no alçado poente, 14 casas de morada e 4 pardieiros. Por sua vez, no tramo sul, apenas possuía uma casa, com

⁴⁴ RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna...*, pp. 439-442; RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: Ed. CITCEM, 2012, pp. 155-156.

⁴⁵ AAVV – *Mapa das Ruas de Braga...*, vol. II, pp. 72 e 73.

⁴⁶ RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das actividades económicas...”, p. 158.

⁴⁷ SILVA, Carlos Guardado (ed.) – *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Colibri, 2013.

⁴⁸ ANDRADE, Amélia Aguiar – “O Desaparecimento espacial das judiarias...”, pp. 143-164.

⁴⁹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 128 a 129.

torre e adegas, no alçado nascente, e uma outra, no canto da rua, no alçado poente. Estes dados remetem igualmente para a grande discrepância urbanística entre os dois tramos, encontrando-se o norte praticamente todo ocupado com edifícios do cabido, enquanto o tramo sul regista parques níveis de urbanização, tratando-se de uma zona bastante ruralizada, disparidades que se continuaram a verificar no século seguinte, como se pode observar no *Mapa de Braunio*.

Assim, também o nível de urbanização da rua poderá ter constituído um fator importante na escolha e demarcação desta judiaria, onde o carácter ruralizado da parte sul, tanto poderá ser visto como delimitativo e de alguma marginalização, como simultaneamente possibilitador de expansão, caso o número de judeus viesse a aumentar.

Todavia, apesar da existência da *comuna* remeter para um número superior a 10 judeus a residir na *Judiaria velha*, apenas aqueles que habitavam as casas do cabido podem ser avaliados, e, tal como já mencionado, no âmbito do processo de transferência dos judeus, permitido, deste modo, identificar apenas alguns foreiros judeus que precederam os cristãos. O número de casos registados é por isso bastante residual, permitindo, no entanto, corroborar a possibilidade de apenas o tramo norte corresponder à *Judiaria velha*, assim como tecer algumas considerações acerca deste primeiro bairro judaico e da sua sinagoga.

Na realidade, apenas foi possível identificar diretamente cerca de sete dos judeus a residir na *Judiaria velha*, designadamente Isaque de Almeida⁵⁰, Jacob Castelão⁵¹; Mestre Isaque e o seu filho Mestre Moisés (mousse) ⁵², físico⁵³, bem como a sua Irmã (de Mestre Moisés)⁵⁴, e ainda Moisés, judeu⁵⁵ e Mestre Moisés, ourives⁵⁶.

Todavia, uma das melhores formas de abordar a *Judiaria velha* parece ser através da análise do edifício correspondente à sua sinagoga. Ao que tudo indica, este primeiro templo dos hebreus continuou em funcionamento depois do referido contracto, assim como alguns judeus ainda aí residiam, como é o caso de Mestre Moisés (mousse), físico⁵⁷ e da sua Irmã, que viviam precisamente nas imediações da sinagoga, numas casas emprazadas a um cristão, onde havia morado igualmente o seu pai, Mestre Isaque, que confrontavam “do fundo com a casa que ora é sinagoga e da outra parte com casas em que mora a irmã do dito judeu⁵⁸. Na verdade, anteriormente, em 16 de julho de 1466, o cabido havia renovado o prazo das casas

⁵⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 5 v e 6 (18 de maio de 1466).

⁵¹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 9 v e 10 (20 de junho de 1466).

⁵² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fls. 10 e 10 v. (16 de julho de 1466).

⁵³ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 104.

⁵⁴ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 11.

⁵⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fls. 12 v. (28 de agosto de 1466).

⁵⁶ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 19 v. (19 de junho de 1467).

⁵⁷ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 104.

⁵⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 11 v. (29 de julho de 1466) e liv. 3. fl. 9 v.

que trazia Mestre Moisés (*mousssem*), filho que foi de Mestre Isaque, designadamente metade das casas que foram de João Rodriguez de Lisboa, cónego⁵⁹.

Contudo, logo em setembro do mesmo ano, as casas que foram *isnoga* dos Judeus eram emprazadas ao cónego Diogo de Viana⁶⁰, assim como aquelas em que vivia ainda um outro judeu Jacob Castelão⁶¹. Porém, em 4 de março de 1483, as “casas em que morou Jacob Castelão e depois Diogo de Viana” que confrontavam com “as casas que foi *Isnoga* dos Judeus de contra cima”, e onde “ora mora o arcediogo de Neiva”, são emprazadas a João Afonso, cónego novo⁶². O prazo menciona-se ainda outras casas existentes nas proximidades. Assim, tendo em conta que, em 30 de agosto de 1470, Diogo de Viana vivia no alçado poente da rua da *Erva* (nesta data já designada de Santa Maria) - uma vez que os exidos das suas casas entestavam com umas casas sobradadas situadas na rua *D. Gualdim*⁶³ - bem como as múltiplas propriedades do cabido referidas, a sinagoga situar-se-ia no alçado poente do tramo norte da rua da *Erva*.

Por sua vez, no alçado nascente, anteriormente a 18 de junho 1466, viveu o judeu Isaque de Almeida numas casas que estavam “*da mão esquerda quando vão para a porta de Santiago*”, que confrontavam com umas casas de *duas moradas*” emprazadas a João Afonso, chanceler do arcebispo⁶⁴. Estas últimas, por sua vez, confrontavam também da outra parte com casas de Mendo Afonso. Verifica-se, igualmente, que as casas onde havia morado o judeu Isaque de Almeida se encontravam subemprazadas e confrontavam com casas onde moravam cristãos, muito embora à data Isaque de Almeida já se encontrasse a residir na *Judiaria nova*, conjuntamente com o seu pai, Salomão de Almeida, como analisaremos mais à frente. Apesar das *cartas de prazo* não o referirem explicitamente, também se deduz que Salomão de Almeida aqui tenha morado.

Também, numas casas situadas “*ao canto da Judiaria velha*” havia vivido Moisés (*mousssem*), judeu, que a 28 de Agosto de 1466 são emprazadas a Pedro de Amorim e sua mulher⁶⁵. Tendo em conta a topografia do Bairro das Travessas, a expressão “*canto*” ou “*canto da rua*”, remete para a esquina resultante do cruzamento das ruas, consistindo, neste caso, a única referência à demarcação da *Judiaria velha*, desconhecendo-se, contudo, em qual dos cantos viveu este judeu.

Por fim, em data anterior a 19 de junho de 1467, regista-se outro judeu, Mestre Moisés (*Mousem*), ourives, que havia vivido numas casas que se situavam nas

⁵⁹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 10 v.

⁶⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 13 v. (23 de setembro de 1466)

⁶¹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 9 v e 10 (20 de junho de 1466).

⁶² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 9 v e 10.

⁶³ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 47 v.

⁶⁴ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 8.

⁶⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fls. 12 v.

proximidades das do chanceler do cabido⁶⁶, João Afonso, situadas na parte norte da rua, junto à *Praça de Braga*⁶⁷, desconhecendo-se contudo em qual dos alçados.

Assim, tudo parece indicar que a *Judiaria velha* se localizaria no tramo norte da rua da *Erva*, num lugar extramente central, privilegiado e aberto, que permitiria uma natural convivência entre cristãos e judeus. Também a primeira sinagoga se localizava no alçado poente do seu tramo norte, nas proximidades da Praça da Cidade, onde, por sua vez, para além da Catedral se destacam os açougues, a cadeia⁶⁸ e o Paço dos Arcebispos. Em casas contíguas às da sinagoga, haviam vivido vários judeus, nomeadamente Jacob Castelão, na casa adjacente a norte, o Mestre Isaque, e posteriormente o seu filho Mestre Moisés, na casa confiante a sul, à qual se seguia a da sua irmã (**Fig. 1**).

As poucas referências ao edifício da sinagoga referem-na modestamente como umas casas, devendo, portanto, tratar-se de um edifício simples, sem grande ostentação arquitetónica exterior, na sombra da Sé Catedral, que, à semelhança do que ocorre com a maioria das sinagogas portuguesas não terá sido construída de raiz⁶⁹. Também a sua estrutura interna não deveria muito particular, facilmente adaptável a casa de morada, nomeadamente de membros da igreja.

3. A *Judiaria nova*.

O acordo feito entre o cabido e a *comuna* ditou o fim da primeira judiaria, que passa a ser designada então de *Judiaria velha*, e, conseqüentemente, o estabelecimento de uma nova judiaria, na qual os judeus passam a concentrar-se.

Contrariamente ao verificado com a primeira, a reunião dos judeus na *Judiaria nova* terá sido um processo mais célere, muito embora dilatado ao longo de vários meses dos anos de 1466 e 1467, nomeadamente entre 08 de maio de 1466 e 16 de outubro de 1467⁷⁰.

À semelhança da primeira, a nova judiaria irá estabelecer-se na parte sul do núcleo amuralhado, no quadrante ocidental, num único arruamento, que ajudava a conformar o Bairro das Travessas, designado de rua da *Triparia*. Descrita como “toda direita desde a rua dos *Burgueses* até à rua *Travessa* que vai do *Postigo* para a Igreja de Sam Tiago da Cividade”⁷¹, constituía, portanto, uma extensa artéria no sentido N/S, tal como a rua da *Erva*, desembocando numa área periférica e pouco urbanizada, nas

⁶⁶ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 19 v.

⁶⁷ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1. fl. 35 e liv. 3. fl. 29.

⁶⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2. fl. 122.

⁶⁹ TAVARES, Maria José Ferro – “Entre a história e a lenda: a memória judaica em Portugal ou o desconhecido Portugal judaico”. In SILVA, Carlos (ed.) – *Judiarías, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Colibri, 2013, p. 232.

⁷⁰ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 100.

⁷¹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fl. 125v.

imediações do muro da muralha. Sensivelmente a meio do seu percurso era também cruzada pela rua *Travessa* que corria no sentido E/O.

Igualmente, a *Judiaria nova* não ocuparia a totalidade da artéria, confinando-se apenas ao tramo sul, que passa, então, a ser designado de *Judiaria nova*, enquanto a parte norte mantém o topónimo de *Triparia* até ao século XVI⁷². Por sua vez, com a expulsão dos judeus do reino, apenas o tramo sul passa a ser identificado primeiramente como *rua que foi Judiaria*⁷³ e, paulatinamente, nomeadamente a partir de 1511⁷⁴, como *rua de Santo António*, mantendo, por vezes, a referência de que tinha sido judiaria⁷⁵.

Apesar dos motivos que ocasionaram a transferência dos judeus para esta artéria não serem aludidos na documentação, muitos podem ser antecipados, nomeadamente a periferia do lugar, efetivamente mais distante do centro religioso⁷⁶ e político. Esta circunstância, terá constituído certamente um aspeto importante atendendo ao sentimento entretanto gerado relativamente à presença dos judeus nas cidades⁷⁷. Também, e apesar de conhecermos mais judeus a morar na *Judiaria nova* do que na *velha*, o espaço físico ocupado pela nova seria inicialmente inferior, tendo em conta que a rua era mais estreita e menos extensa, permitindo, deste modo, simultaneamente, maior concentração e isolamento da comunidade hebraica. Desta forma, o local eleito deveria ter satisfeito cristãos e judeus que, deste modo, também se encontrariam mais protegidos contra possíveis atos de violência⁷⁸, como os ocorridos no assalto à Judiaria Grande de Lisboa, em 1499⁷⁹.

Outro aspeto a considerar prende-se com o próprio nível de urbanização da rua e, conseqüentemente, com a oportunidade do cabido poder aumentar aí o seu património urbano⁸⁰. Na realidade, o número de imóveis que o cabido trazia emprazado nesta artéria, em c.1369-1380⁸¹, era pouco significativo, encontrando-se certamente muitos espaços por urbanizar. Esta situação ter-se-á mantido até meados do século XV, verificando-se igualmente que muitos imóveis se encontravam em mau estado de conservação, ficando por diversas vezes os judeus obrigados a fazer de novo, realizar obras de conservação, restauro ou ampliação das casas, como se regista frequentemente, nomeadamente logo no primeiro prazo, em 08 de maio de

⁷² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 68 v. e 102; liv. 2, fl. 63; liv.3, fls. 16, 63v.

⁷³ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 4, fls. 32; 39; 41 (todos datados do ano de 1500).

⁷⁴ MARQUES, José - *Braga medieval ...*, p. 99.

⁷⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 7, fls. 82 a 85 (todos do ano de 1513).

⁷⁶ DIAS, Geraldo A. J. Coelho, "Uma relíquia epigráfica dos judeus de Braga...", p. 45.

⁷⁷ TAVARES, Maria José Ferro - "O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo...", pp. 53-54.

⁷⁸ TAVARES, Maria José Ferro - "Revoltas contra os judeus no Portugal medieval. Revoltas e Revoluções". *Revista de História das Ideias* 6, (1994), pp. 161-173.

⁷⁹ MORENO, Humberto Baquero - "O assalto à Judiaria Grande de Lisboa em Dezembro de 1499". Separata da *Revista de Ciências do Homem* Série A, Vol. III, 1970.

⁸⁰ LOSA, António - "Subsídios para o estudo dos judeus de Braga...", p. 101.

⁸¹ A. D. B., *Tombo do cabido*, fls. 125 v.

1466, onde Salomão de Almeida e o seu filho Isaque de Almeida ficam obrigados a fazer “*duas moradas de novo e corrigirem*” tudo às suas custas⁸². Apesar desta situação não possuir carácter propriamente excepcional, entre judeus e cristãos, a verdade é que o cabido possuía aqui uma oportunidade para alargar e melhorar as propriedades imobiliárias. Do mesmo modo, também a possibilidade dos membros do cabido que residiam na rua da *Triparia* poderem passar a residir junto da Catedral, terá sido vista com bons olhos⁸³.

Contrariamente à primeira, a *Judiaria nova* teria limites precisos, nomeadamente em termos de entradas. Uma, a norte, onde os referidos Salomão de Almeida e o seu filho Isaque de Almeida, emprazam umas casas junto do “*poço e entrada dos judeus para contra Santiago*”⁸⁴. A outra, a sul, onde Ouro Velhido, mulher que foi de Mail (*Mayl*) ou Amail empraça, em 16 de outubro de 1467, “*as casas em que vive à entrada e canto da judiaria*”⁸⁵. (Tab. 1 e Fig. 2). Também aqui se verifica a presença de uma porta, a porta sul, já existente em outubro de 1467⁸⁶, nas proximidades da qual Mestre Jacob, físico, e a sua mulher Dona Mira, emprazaram “um pardieiro que o cabido tem ao *Postigo* que parte com a *Judiaria* que jaz em ermo e parte de uma parte com pardieiro de Bouro e com a porta da dita *Judiaria*, com a condição que o levante de parede e refaça de madeira e telha e de tudo o que for necessário, para fazer cavaliçadas”⁸⁷. Se por um lado, a menção ao *Postigo* permite confirmar que se trata da porta sul, os dados registados permitem igualmente atestar o carácter *ermo*, onde predominavam *pardieiros*, assim como o desejo de o dotar de construções, às custas dos novos emprazamentos.

Também nas proximidades da porta sul se situavam as *casas sobradadas* onde, em 16 de outubro de 1467, Sancho ou Santo Brafanes⁸⁸, rabino, morava, edificadas “da parte direita quando entraram *pela porta da Judiaria*” que confrontavam de uma parte com “as casas em que mora a mulher que foi de Mail (*Mayl*) e da outra com as casas em que mora Salomão Samafas (*Çamafas*)”, e da parte de trás com exido da igreja de S. Gião de Paços e com rua pública⁸⁹.

A partir da indicação da localização das casas de Sancho Brafanes é possível situar e caracterizar algum do edificado no alçado nascente, onde, em 16 de outubro de 1467, nas casas à entrada e canto sul da judiaria vivia, então, Ouro Velhido e, numas casas contíguas a norte, morava o rabino Sancho Brafanes. Logo a seguir,

⁸² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 5 v.; liv. 3, fl. 4v.

⁸³ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 100.

⁸⁴ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 5 v.

⁸⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 23.

⁸⁶ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 43 v.

⁸⁷ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 3, fl. 69 v.

⁸⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 23 v., 43 v. e 44; liv. 2, fl. 84; liv. 3, fls. 21 e 35.

⁸⁹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 43 v.

Tabela 1 – Propriedades emprazadas pelo do cabido aos judeus (século XV)
na Judiaria nova de Braga.

Alçado nascente – de sul para norte			
	Datas	Propriedades	Judeus
1	16-10-1467	Casas	Ouro Velhido, mulher que foi de Mayl ou Amial
2	16-10-1467	<i>Casas sobradadas</i> , entestam na rua pública	Sancho ou Santo Brafanes
3	Anterior a 1500	<i>Casas</i> , no interior do quarteirão	Isaque do Rego
4	16-10-1467 19-09-1482	<i>Casas</i> , entestam na rua pública	<i>Salomão Samafas (Çamaças)</i> e a sua mulher <i>Cimalha (Cimaha)</i> casou em 2 ^{as} núpcias com Dona Alegria. Tinham sido de Mestre Moisés Juda Cema, e a sua mulher Dona <i>Orivelhido</i>
5	16-10-1467	<i>Casas sobradadas e exido</i> , entestam na rua pública	Moisés Brafanes
6	10-08-1467	<i>Casas e pardieiro</i>	Jacob Montesinho e a sua mulher Missol
7	06-09-1479	Casas, mais exidos e a metade de um pardieiro, entestam na rua pública	Samuel Aboá Onde viveu Mestre Moisés (antes de 6-09- 1479)
8	18-12-1483	Casas, no interior do quarteirão	Isaque Brafanes, casado com Velhido (“ <i>Villiida</i> ” ou Valida) Onde viveu Moisés Rut (<i>Rude</i>)
9	18-12-1483	Casas, no interior do quarteirão	Onde viveu Mayl Brafanes
10	05-04-1470 05-03-1482	<i>Casa com exidos e poço</i> , entestam na rua pública	Jacob Castelão Juda Cema
11	05-04-1470	<i>Boticas</i> , entestam na rua pública	Abraão do Rego, ourives, casado com Mazaltor

12	05-04-1470	<i>Boticas, no interior do quarteirão</i>	Moisés (Musse) Galego, ourives
13	05-04-1470	<i>Boticas no interior do quarteirão</i>	Moisés Brafanes
14	08-05-1466	<i>Casas de duas moradas e exido</i>	Salomão de Almeida e o seu filho Isaque de Almeida
15	08-05-1466	Poço	

Alçado poente - de norte para sul			
	Datas	Propriedades	Judeus
1	05-04-1470	<i>Casas</i>	Isaque Montesinho
2	05-04-1470	<i>Casas sobradadas, entestam na rua pública</i>	Abraão Montesinho e da sua mulher Rica (Riqua)
3	05-04-1470	<i>Casas sobradadas, entestam na rua pública</i>	Samuel de Almeida, mulher Ouro Bem
4	05-04-1470	<i>Casas, entestam na rua pública</i>	Salomão Montesinho
5	27-09-1470	<i>Casas, entestam na rua pública</i>	Mestre Baru (Baruc), casado com Ora Boa
6	27-09-1470	<i>Casas</i>	Abdias (Abadias)
7	Posterior a 29-07-1466 e antes de 05-11-1467	<i>Casa torre</i>	Sinagoga
8	15-10-1484	<i>Pardieiro para fazer cavalaria</i>	Mestre Jacob, físico e a sua mulher Dona Mira
9		<i>Pardieiro de Bouro</i>	

em edifício contíguo vivia Salomão Samafas e a sua mulher Cimalha (*Cimaha*)⁹⁰, devendo todas dar para a rua pública e atrás existiriam quintais. As casas de Salmão Samafas irão ser posteriormente, em 19 de Setembro de 1482, após a sua morte, emprazadas a outro judeu, Juda Cema, mercador, e à a mulher, Dona *Orivelhido* filha de Sancho Brafanes⁹¹.



Fig. 2 – Perspetiva topográfica da *Judiaria nova* de Braga, sobre a Planta Topográfica de 1883/1884 - parcelas aforadas e respetivos enfiteutas ao cabido da Sé de Braga.

A seguir às casas de Salomão Samafas, em edifício adjacente, para norte, morava em outubro de 1467 Moisés Brafanes⁹², irmão do dito Sancho Brafanes, também ele rabino, numa “*casas sobradadas, com seu exido*”, que igualmente entestavam na rua pública. Confinantes estavam também aquelas em que morava Jacob Monteseinho e a sua mulher Missol, que não deviam dar para a rua pública, situando-se nas traseiras, onde existia igualmente um pardieiro que, em 10 de agosto de 1467, foi junto ao prazo das casas⁹³. Todavia, em 6 de setembro de 1479, as casas confinantes a norte com as que trazia Moisés Brafanes foram emprazadas ao judeu Samuel Aboá, mercador. Tratavam-se, efetivamente, das casas que tinham sido de Mestre Moisés,

⁹⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 23 v.; liv. 2, fl. 81v; liv. 3, fl. 21.

⁹¹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fl. 83 v.; liv. 3, fls. 62 v. e 64.

⁹² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 23 v., 43 v. e 44; liv. 3, fls. 21 e 35 e 83 v.

⁹³ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 20 v.; liv. 3, fl. 19.

já referido anteriormente como tendo vivido na *Judiaria velha*⁹⁴, que se situavam entre as que trazia Moisés Brafanes e as em que vivia à data Jacob Castelão. Entre outras coisas, este prazo refere que se tratam de umas “casas mais exidos e a metade de um pardieiro que está entre o exido das ditas casas e o exido das casas de Moisés Brafanes”, com a condição que “as corrija e repare todas de novo”⁹⁵.

Posteriormente, em 18 de dezembro de 1483⁹⁶, outro membro da família Brafanes, neste caso Isaque Brafanes, casado com Velhido (“*Villiida*” ou Valida) empraza as casas em que viveu Moisés Rut (*Rude*), judeu, ourives, que “partem de uma parte com a casa nova de Samuel Aboá”, resultante das obras que se comprometeu fazer, e “da outra com o exido da dita casa” situando-se, portanto, nas traseiras das casas de Samuel Aboá, onde Isaque Brafanes e a sua mulher fizeram *duas moradas*. Na *morada* que estava junta com as casas de Samuel Aboá, vivia ele e a sua mulher, e na outra *morada* vivia o seu irmão Mayl Brafanes. Deste modo, em data anterior a de fevereiro de 1500 nas casas de *duas moradas* de Isaque Brafanes, terá vivido também o seu irmão, Mayl Brafanes.

Igualmente, as casas confiantes a norte com às de Samuel Aboá, onde, então, em setembro de 1479 ainda vivia Jacob Castelão, um dos judeus que permaneceu a viver até mais tarde na *Judiaria velha*, foram, depois da sua morte, emprazadas a Juda Cema, em 5 de março de 1482, com todos os exidos e poço, com a obrigação de ele as reparar⁹⁷. Tal como já referido, Juda Cema emprazará, posteriormente, em 19 de setembro de 1482, outras casas, conjuntamente com sua mulher, contíguas às do seu sogro, Sancho Brafanes, no início do alçado nascente. Neste caso, poderá tratar-se de uma mudança de casa de morada ou de uma acumulação de prazos, tal como se verificava com Moisés Brafanes que, para além das casas anteriormente referidas, emprazou na mesma data (abril de 1471) “uma botica que parte de uma parte com a entrada das casas de Salomão de Almeida e da outra com a botica de Moisés (*Musse*) Galego”⁹⁸, ourives. Verifica-se, na realidade, que a seguir às casas de Jacob Castelão, e posteriormente de Juda Cema, existiam três boticas contíguas, praticamente no remate do alçado nascente da *Judiaria nova*: a primeira foi emprazada, em 05 de abril de 1470, a Abraão do Rego, ourives,⁹⁹ casado com Mazaltor, localizadas precisamente “no começo da Judiaria à mão esquerda, que partem com o exido de Salomão de Almeida e com casas de Jacob Castelão e entestam na rua pública”¹⁰⁰; a segunda “que está junto com a sobredita”, emprazada a Moisés (*Musse*) Galego, ourives¹⁰¹ e a

⁹⁴ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 10 v.; liv. 3, fl. 8v.

⁹⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fl. 83 v.; liv. 3, fls. 62 v. e 64.

⁹⁶ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fl. 111 v.; liv. 3, fl. 67; liv. 4, fl. 7 v.

⁹⁷ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fls. 83 v. e 84.

⁹⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 42 v.; liv. 3, fls. 34 v.

⁹⁹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 42 v.; liv. 3, fl. 34 v.

¹⁰⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 43.; liv. 3, fl. 34 v.

¹⁰¹ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 43.; liv. 3, fl. 34 v.

terceira, contígua com a anterior, emprazada ao rabino Moisés Brafanes¹⁰². Importa referir que Moisés Brafanes, assim como o seu irmão, Sancho Brafanes tiveram um papel de destaque, com intervenção registada nomeadamente na contenda entre a Igreja de Santiago e a *comuna* judaica de Braga, figurando como um dos principais arguidos¹⁰³. Ainda em finais do ano de 1500, os “exidos das casas que soia trazer Santo Brafanes da mão esquerda contra o postigo” são usados para referenciar o prazo de umas cavaleriças a um cristão-novo, Luís Gonçalves, mercador, que estavam atrás das casas que tinham sido do seu irmão, Isaque do Rego¹⁰⁴, também ele, então, residente no lado nascente, junto da porta sul.

Por fim, como já mencionado, a rematar a parte norte do alçado nascente encontrar-se-iam, nas proximidades do *poço*, as casas de Salomão de Almeida e do seu filho Isaque de Almeida (**Fig. 2**).

Ao longo dos anos da década de 1470, nomeadamente em 05 de abril de 1470¹⁰⁵, o cabido realiza uma série de novos prazos a judeus de casas confinantes, que certamente se situariam no alçado poente. Assim, e agora de norte para sul, temos as casas de Isaque Montesinho, de Abraão Montesinho e da sua mulher Rica (*Riqua*), de Samuel de Almeida e da sua mulher Ouro, e de Salomão Montesinho. Verifica-se, de facto, que a maior parte da família dos Montesinhos (três homens e uma mulher), uma das mais representadas na *comuna* de Braga¹⁰⁶, deviam viver no alçado poente. No caso de Abraão Montesinho, tratavam-se de umas *casas sobradadas* que confinavam, então, de uma parte com as de Isaque Montesinho e da outra com Samuel de Almeida e entestavam na rua pública, com a obrigação de as *fazerem, refazerem e corrigirem*. Seguiam-se as *casas sobradadas* de Samuel de Almeida, que partiam de uma parte com casas de Abraão Montesinho e da outra com Salomão Montesinho e confrontam igualmente com a rua pública. Também neste caso com a obrigação de as pôr em bom estado. Por fim, as casas de Salomão Montesinho que confrontavam com as de Samuel de Almeida e com pardieiro da comenda de Rio Frio e entestam na rua pública, igualmente com a obrigação de *fazerem e refazerem*. Mais uma vez, torna-se evidente a precaridade do estado de conservação em que muitas destas casas se encontravam.

Também na parte sul do alçado nascente se situavam as casas¹⁰⁷ onde funcionava a sinagoga da *Judiaria nova*, ocupadas anteriormente pelo cónego Pedro Lourenço e

¹⁰² A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 43.; liv. 3, fl. 34 v.

¹⁰³ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 101.

¹⁰⁴ Arquivo Municipal de Braga, *Livro de Prazos da Camara Secular*, 1428-1509, fol. 97v. (Documento facultado pela Dra. Raquel Martins, a quem agradeço).

¹⁰⁵ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fls. 43 e 43 v.; liv. 3, fls. 34 v. e 35.

¹⁰⁶ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 109.

¹⁰⁷ A história ocupacional destas casas, baseada em pesquisa documental, encontra-se realizada por VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome – “A Casa Grande da Rua de St.º António das Travessas”. *Forum* 12/13, (jul/jan., 1992/1993), pp. 17-42.

depois pelo licenciado Fernando Afonso¹⁰⁸. Contrariamente à sinagoga da *Judiaria velha*, bem como ao que seria habitual¹⁰⁹, o edifício agora eleito para funcionar como templo hebraico constituía um dos imóveis de maior destaque, descrito em finais de dezembro de 1511 como “a casa mais *cabeira*” da rua *que havia sido Judiaria*¹¹⁰, preponderância que aliás já possuía em c.1369-80, data em que aparece referida como umas *casas com sua torre*¹¹¹. Sucederam-se vários emprazamentos até ser ocupada pela sinagoga, em data posterior a 29 de julho de 1466 e anterior de 05 de novembro de 1467¹¹². De igual modo, em consequência da decisão régia de expulsar os judeus do reino, em 1496, deixa de funcionar como sinagoga, encontrando-se as casas, no ano de 1502, emprazadas a Diogo Gomes de Abreu, arcediogo do couto de Braga¹¹³, as quais confrontavam de “uma parte com as casas do cabido onde vive Diogo Soares, cristão novo, e da outra com casas que são do cabido”¹¹⁴. Sucessivamente emprazada, nomeadamente a cónegos, que lhe foram introduzindo várias modificações arquitetónicas, à semelhança do que se verificou com a esmagadora maioria deste espaços e das judiarias em geral¹¹⁵, o prazo das casas *que eram sinagoga dos judeus* é anexado, em 1644, à casa contígua, para sul, passando a formar um único imóvel harmonizado, nomeadamente em termos de fachada, tal como é representado no *Mapa das Ruas de Braga*, de meados do século XVIII, e que atualmente ainda se pode verificar (**Fig. 3**).

A comprovar a ocupação destas casas como sinagoga destaca-se nomeadamente uma inscrição hebraica, que ainda se pode observar no edifício atual¹¹⁶, sendo igualmente de valorizar aquela que é a primeira imagem da sinagoga, e respetiva judiaria, representada no *Mapa de Braunio*, de 1594, onde de facto se pode confirmar que se tratam de umas casas grandes.

No final deste alçado, localizado entre um pardieiro de Bouro e a porta sul da judiaria, emprazou, em 15 de Outubro de 1484, Mestre Jacob, físico, um pardieiro para fazer umas cavaliariças, tal como já mencionado.

Refiram-se ainda duas casas confinantes emprazadas, em 27 de setembro de 1470, a dois outros judeus. Tratam-se das casas de Mestre Baru (Baruc), que confrontavam de “uma parte com casas do cabido, em que mora Abdias (Abadias) Judeu e da outra com um pardieiro que se diz ser do filho do fouceiro e entestam

¹⁰⁸ MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 99.

¹⁰⁹ BALLESTEROS, Carmen – “Das sinagogas da Antiguidade às sinagogas medievais peninsulares: origens e percursos de uma instituição”. In *Guarda. História e cultura judaica*. Guarda: Câmara Municipal e Museu da Guarda, 1999, pp. 144-145.

¹¹⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 7, fls. 7 e 7 v.

¹¹¹ VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome – “A Casa Grande da Rua de St.º António...”, p. 19.

¹¹² MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga...”, p. 99.

¹¹³ VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome – “A Casa Grande da Rua de St.º António...”, pp. 17-42.

¹¹⁴ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 7, fl. 95.

¹¹⁵ ANDRADE, Amélia Aguiar – “O Desaparecimento espacial das judiarias...”, pp.143-164.

¹¹⁶ DIAS, Geraldo A.J. Coelho – “Uma relíquia epigráfica dos judeus de Braga...”, p. 45.

com a rua pública”¹¹⁷. Muito embora não seja feita referência direta à sua localização parece-nos ser provável que seria no alçado poente.

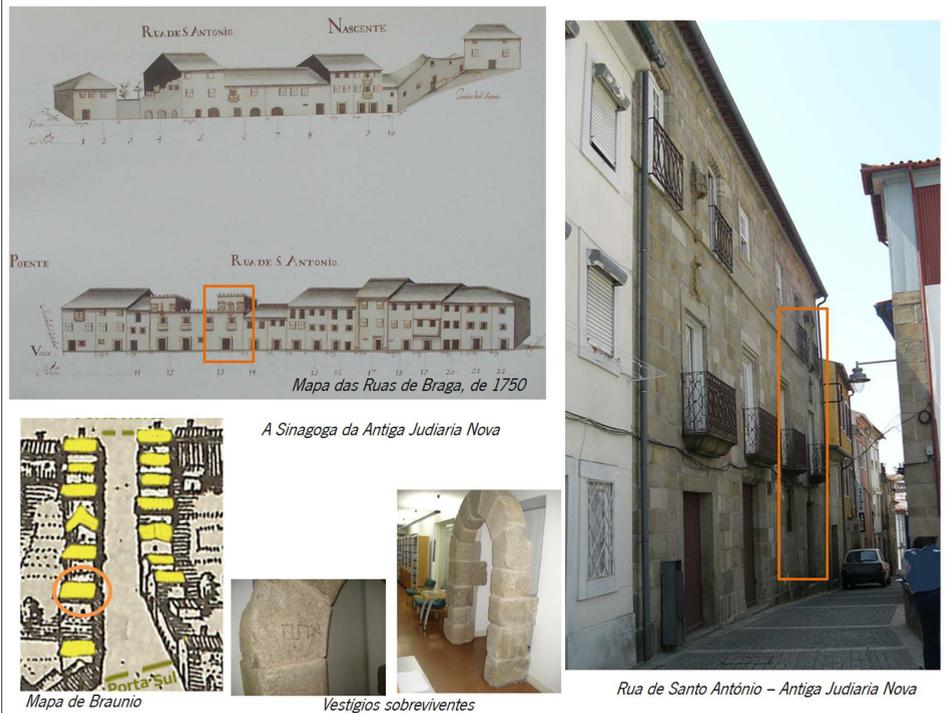


Fig. 3 – A sinagoga da Judiaria nova de Braga.

Deste modo, tendo em conta as referidas confrontações e a sua localização no respetivo alçado, nomeadamente 11 casas de moradia no alçado nascente, algumas das quais se situavam no interior do quarteirão, e ainda 3 boticas, assim como no alçado poente 5 casas de moradia, a sinagoga, e vários pardieiros, é possível obter uma perspetiva topográfica da *Judiaria nova* de Braga, nomeadamente das parcelas aforadas e respetivos enfiteutas ao cabido, traduzindo o que seria a esmagadora maioria da comuna de Braga (Fig. 2).

Todavia, importa igualmente analisar a referência a dois casais de judeus a viver fora da *Judiaria nova*, na Praça da Cidade ou Praça do Pão, em frente à Catedral. Um destes, Abraão Galego e Grácia, sua mulher, emprazaram, em 19 de agosto de 1472, “umas casas que ora são danificadas situadas na Praça da dita cidade, que partem com casas em que mora Leonor Domingues, tendeira, e da outra com casas em que mora Pêro Eanes de Travassos, com a obrigação de corrigir de novo o frontal e a escada e

¹¹⁷ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 48; liv. 3, fl. 36.

reparar o sobrado¹¹⁸. O outro casal, Menahen Galego, e a sua mulher Dona Alegria¹¹⁹, viviam em 11 de outubro de 1491, numas casas do cabido situadas junto com a *praça da cidade*, que confrontavam com as casas do dito cabido que ora traz Pêro Eanes do Canto, sapateiro, e da outra com casas em que morou Leonor Domingues, a mostardeira¹²⁰, correspondente à casa nº 2, do *Mapa das Ruas de Braga*.

Estes dados permitem especular acerca da insuficiência de espaço da *Judiaria nova* para albergar os judeus, circunstância que poderá ter implicado a instalação de muitos dos recém-chegados, nomeadamente oriundos da Galiza, em áreas cristãs, mas também a questão da inclusão dos judeus no urbanismo medieval de Braga. Na realidade, parece evidente que, apesar da existência da judiaria, a sua exclusividade como bairro da minoria étnica não seria uma questão primordial, encontrando-se alguns judeus a viver dispersos pela cidade, por vezes, em locais bastante importantes para a cristandade.

4. Breves considerações finais.

As expressões físicas que permitem documentar a presença dos judeus no urbanismo medieval de Braga são testemunhos de exclusão, mas simultaneamente, de inclusão dos membros desta minoria étnica, assim como da sua importância para o processo de urbanização da cidade.

Apesar da parcialidade e reduzido número de casos registados, parece evidente que até finais do século XIV se assiste a uma normal convivência entre judeus e não judeus, tendo em conta nomeadamente o carácter disperso da localização das habitações em que residiam. A primeira judiaria, localizada num lugar central, economicamente dinâmico que, embora na submissão da Catedral, constituía um local de passagem quase obrigatório para os cristãos, não garantindo o desejado isolamento da minoria étnica, parecendo igualmente questionável a sua exclusividade, onde, meses depois do contracto, os hebreus permanecem a viver paredes meias com os cristãos, com a sinagoga em funcionamento.

Regista-se, efetivamente, um aumento do número de judeus a viver em casas do cabido na segunda judiaria. Poderíamos pensar em insuficiência de espaço na *Judiaria velha*, mas, atendendo ao parco nível de urbanização da rua da *Erva* para sul, esta não terá sido a única razão, instalando-se, efetivamente, a *Judiaria nova* num local secundário do núcleo urbano, distante do centro religioso e político da cidade, em larga medida erno, para a urbanização do qual os judeus contribuíram bastante,

¹¹⁸ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 1, fl. 67; liv. 3, fl. 40.

¹¹⁹ Dona Alegria foi casada primeiramente com Salomão Samafras e posteriormente com Menahen Galego. A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fls. 81 v. e 82 v.; liv. 3, fl. 84.

¹²⁰ A. D. B., *Prazos do cabido*, liv. 2, fl. 222.

pese embora os apenas cerca de 30 anos da existência. A sinagoga, contrariamente ao que se verifica na *judiaria velha*, é instalada num edifício extremamente afastado, situado no extremo sul da judiaria, junto à porta, no entanto, numa das casas mais distintas da rua.

Também paradoxalmente, apesar da *Judiaria nova*, constituída por apenas um arruamento, concentrar a maioria dos judeus que residiam na cidade, encontramos-os a viver em outros locais do espaço urbano, por vezes bastante centrais, circunstâncias que permitem questionar o relacionamento entre gentes de credos opostos, não se verificando, inclusivamente, qualquer pudor em ocupar as casas onde anteriormente, ora cristãos, ora judeus, viveram, inclusivamente a sinagoga.

O valor simbólico e memorável da sinagoga, inquestionável para a comunidade hebraica, pode ser igualmente mensurável para os cristãos, assim como as próprias judiarias, que as continuam a utilizar como elementos de referência depois da sua extinção, nomeadamente os membros do cabido para situar as suas propriedades, reveladores, simultaneamente, da inclusão, mas também da exclusão da comunidade hebraica no urbanismo medieval de Braga.

BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas:

Arquivo Distrital de Braga (A. D. B.)

Tombo do cabido, fls. 117 a 134.

Prazos do cabido, livros 1 a 5, entre 1465 e 1508.

Livro de Prazos da Câmara Secular, 1428-1509, fol. 97v.

Estudos:

AAVV – *Mapa das Ruas de Braga*. 2 volumes. Braga: Arquivo Distrital de Braga/ Universidade do Minho e Companhia IBM Portuguesa, 1989-1991.

ANDRADE, Amélia Aguiar – “O Desaparecimento espacial das judiarias nos núcleos urbanos portugueses de finais da Idade Média: o caso de Lisboa”. In *Estudos de homenagem ao professor José Marques*. Vol. I. Porto: Faculdade de Letras, 1996, pp. 143-164.

- BALLESTEROS, Carmen – “Das sinagogas da Antiguidade às sinagogas medievais peninsulares: origens e percursos de uma instituição”. In *Guarda. História e cultura judaica*. Guarda: Câmara Municipal e Museu da Guarda, 1999, pp. 144-145.
- BALLESTEROS, Carmen – “A judiaria e a sinagoga medieval de Évora”. In *Os judeus sefarditas entre Portugal, Espanha e Marrocos*. Lisboa: Colibri, 2004, pp. 191-218.
- BANDEIRA, Miguel Sopas – *O espaço urbano de Braga em meados do século XVIII*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- DIAS, Geraldo Coelho – “Presença de judeus no Porto: da Idade Média à Modernidade”. In *Os reinos ibéricos na Idade Média*. Vol. 1. Porto: Livraria Civilização, 2003, pp. 424-440;
- DIAS, Geraldo Coelho – “Uma relíquia epigráfica dos judeus de Braga”. *Minia* 2ª série, 5,6, (1982), pp. 38-56.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão – *Guimarães: ‘duas vilas, um só povo’: estudo de história urbana: 1250-1389*. Braga: Universidade do Minho, 1997. Tese de doutoramento.
- GOMES, Rita Costa – *A Guarda medieval. Posição, morfologia e sociedade (1200-1500)*. Lisboa: Sá da Costa, 1987.
- GOMES, Rita Costa – “Um microcosmos citadino: a judiaria medieval da Guarda”. In *Guarda, história e cultura judaica*. Guarda: Museu, 2000, pp. 111-116.
- GOMES, Saul – *A comunidade judaica de Coimbra medieval*. Coimbra: INATEL, 2003.
- LOSA, António – “Subsídios para o estudo dos judeus de Braga no séc. XV”. in *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Vol. V: *Subsídios para a História da Cultura, Subsídios para a História de Portugal*. Guimarães: s.n., 1982, pp. 97-125.
- MARQUES, José – “A contenda do cabido com os judeus de Braga, na segunda metade do século XV”. In *Braga medieval*. Braga: s.n., 1983, pp. 95-117.

- MARQUES, José – “As judiarias de Braga e de Guimarães no século XV”. In *Xudeus e Conversos na História*. Vol. 2. Santiago de Compostela: La Editorial de la Historia, 1994, pp. 351-363.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *Portugal na Crise dos Séculos XIV e XV*, vol. IV da *Nova História de Portugal*, SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (Dirs.). Lisboa: Editorial Presença, 1987.
- MARQUES, A. H. de Oliveira Marques; GONÇALVES, Iria; ANDRADE, Amélia Aguiar – *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*. Vol. I. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova, 1990.
- MORENO, Humberto Baquero – “As Pregações de Mestre Paulo contra os judeus bracarenses nos fins do século XV”. In MORENO, Humberto Baquero (Ed.) – *Exilados, marginais, e contestatários na sociedade portuguesa medieval: Estudos de história*. Lisboa: Editorial Presença, 1990, pp. 139-148.
- RIBEIRO, Maria do Carmo – *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução do espaço urbano*. Braga: Universidade do Minho, 2 vols., 2008, Tese de Doutoramento.
- RIBEIRO, Maria do Carmo – “População e espaço na Braga medieval”. In *Atas do II Congresso Internacional. As Cidades na História: Sociedade*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, no prelo.
- RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa – “A influência das actividades económicas na organização da cidade medieval portuguesa”. In RIBEIRO, Maria do Carmo; MELO, Arnaldo Sousa (coord.) – *Evolução da paisagem urbana: sociedade e economia*. Braga: Ed. CITCEM, 2012, pp. 145-171.
- SILVA, Carlos Guardado (ed.) – *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Colibri, 2013.
- TAVARES, Maria José Ferro – *As Judiarias de Portugal*. Lisboa: CTT, 2010.
- TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. 1ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1979.
- TAVARES, Maria José Ferro – “Entre a história e a lenda: a memória judaica em Portugal ou o desconhecido Portugal judaico”. In SILVA, Carlos Guardado (ed.)

– *Judiarias, Judeus e Judaísmo*. Lisboa: Colibri, 2013, pp. 229-267.

TAVARES, Maria José Ferro – *Os judeus em Portugal no século XV*. 2 vols. Lisboa: UNL-INIC, 1982-1984.

TAVARES, Maria José Ferro – “Pobres, minorias e marginais: localização no espaço urbano”. In *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Aberta, 1993, p. 141-153.

TAVARES, Maria José Ferro – “O difícil diálogo entre judaísmo e cristianismo”. In AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*. Vol. 1: *Formação e limites da cristandade*. Coord. Ana Maria JORGE e Ana Maria RODRIGUES. Rio de Mouro: Círculo de Leitores, 2000, pp. 53-54.

TAVARES, Maria José Ferro – “Revoltas contra os judeus no Portugal medieval. Revoltas e Revoluções”. *Revista de História das Ideias* 6, (1994), pp. 161-173.

TRINDADE, Luísa – *Urbanismo e composição de Portugal*. Coimbra: Universidade de Coimbra. 2009. Tese de doutoramento, pp. 619-664.

TRINDADE, Luísa – “The Jewish communities in Portuguese late medieval cities: space and identity”. In CARVALHO, Joaquim (ed.) – *Religion, Ritual and Mythology Aspects of Identity Formation in Europe*. Pisa: Pisa University Press, 2006, pp. 68-73.

VASCONCELOS, Maria da Assunção Jácome – “A Casa Grande da Rua de St. ° António das Travessas”. *Forum* 12/13 (jul./jan. 1992/1993), pp. 17-42.

VENTURA, Margarida Garcez – “Contributo para uma leitura social do espaço na Lisboa quatrocentista: o debate sobre a localização das judiarias”. *Revista Portuguesa de História*. 36-1 (2002/2003), pp. 229-240.

Os editores têm o grato prazer de apresentar, com o apoio financeiro do Instituto de Estudos Medievais e da Câmara Municipal de Castelo de Vide, o terceiro volume resultante das *Jornadas Internacionais de Idade Média*, cujo título retoma o tema dessa mesma edição: *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Vinte e oito investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha e Holanda são responsáveis pela elaboração de vinte e dois artigos com os quais responderam ao desafio que os organizadores lançaram à comunidade científica de desenvolvimentos de reflexões sobre um tema particularmente pertinente na cidade medieval, uma vez que esta se definia quase sempre como um espaço fechado por uma muralha que criava a oposição entre interior e exterior, materializando desde logo sistemas de inclusão e exclusão. Recorrendo a uma pluralidade de idiomas que nos apraz registar -português, espanhol, francês e inglês- os seus estudos têm como espaço de observação uma diversidade de unidades políticas medievais que hoje integram as historiografias de Portugal, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Alemanha, com especial relevo para os diferentes reinos medievais ibéricos, sendo que neste último caso o enfoque não se limita à Cristandade, pois também podemos dispor de reflexões que têm como espaço de observação o Islão peninsular e/ou as suas permanências.

Editores, Apresentação.

Apoio:

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



ISBN 978-989-54529-0-3

